

## **DECRETO Nº 121**

*de 02 de outubro de 2020*

**Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira no último ano de mandato e dá outras providências.**

*O Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, visando o cumprimento da legislação e normas sobre finanças públicas e considerando:*

*\*as normas vigentes sobre encerramento do mandato em especial a Resolução TC/MS nº 120/2020;*

*\*a necessidade de adoção de medidas administrativas para cumprimento dos prazos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei 4320/64 quanto ao último ano de mandato:*

**DECRETA:**

### **Art. 1º.**

*Os órgãos do Poder Executivo, da administração direta e indireta, regerão suas atividades de acordo com as normas instituídas neste Decreto e na Lei nº 101/2020 e demais normas sobre o assunto.*

### **Art. 2º.**

*As unidades orçamentárias terão até o dia 15 de outubro de 2020 para encaminharem à Secretaria Municipal de Finanças e Administração os saldos de empenho passíveis de cancelamento e para o Departamento de Licitação as justificativas de anulação de empenhos para providências dos termos de supressão, anulação ou encerramento dos contratos que deverão ser elaborados até 30 de novembro de 2020.*

### **Art. 3º..**

*A realização de processos licitatórios com recursos próprios obedecerá aos seguintes prazos limites:*

#### **I.**

*Fica vedado a partir de 15 de outubro de 2020 a abertura de novos processos licitatórios nas modalidades: tomada de preços, concorrência, leilão, cartas convites e pregão, bem como, compra direta, a serem pagos com recursos próprios do município;*

#### **II.**

*Fica vedado a partir de 30 de novembro de 2020 a abertura de novos processos licitatórios nas modalidades: tomada de preços, concorrência, leilão, cartas convites e pregão a serem pagos com recursos vinculados, transferências legais e de emendas parlamentares da União e do Estado e outros não considerados como recursos próprios.*

#### **Parágrafo único. .**

*As licitações para aquisição de bens e contratação de serviços para o exercício para 2021 poderão ser protocoladas até 18 de dezembro de 2020.*

### **Art. 4º..**

*As solicitações de compras e a emissão de AF para o Departamento de Compras serão aceitas até 13 de outubro de 2020 referente aos processos já licitados e às compras diretas.*

### **Art. 5º..**

*A emissão de empenhos de despesa com recursos próprios do município será realizada até o dia 27 de outubro de 2020, condicionada à disponibilidade de recursos financeiros existentes na tesouraria.*

### **Parágrafo único. .**

*A vedação de emissão de empenho de despesa com recursos próprios previsto no "caput" tem como exceção os empenhos de despesa com pessoal e encargos, despesas com pagamento de dívidas de longo prazo, despesas para enfrentamento da COVID-19, despesas com energia elétrica, abastecimento água e telefonia, diárias, despesas de saúde e educação para cumprir índices constitucionais e contratos objeto de processos licitatórios abertos ou em andamento até o dia 15 de outubro de 2020.*

### **Art. 6º..**

*Os Secretários Municipais e demais ordenadores de despesa deverão providenciar o encerramento dos contratos de prestação de serviços e aquisição de bens e consumo até 30 de novembro de 2020, com exceção apenas de casos excepcionais, devidamente autorizado pelo Secretário Municipal de Finanças e Administração.*

#### **1º**

*Os Secretários de cada pasta e os demais ordenadores de despesas ficam responsáveis por analisar os contratos de prestação de serviços visando sua supressão, ou se for o caso, a rescisão, desde que não prejudique o atendimento às funções públicas essenciais.*

#### **2º**

*Aos compromissos financeiros resultantes de Convênios, termos de ajustes ou transferências voluntárias realizadas com outros entes da federação não se aplicam as normas estabelecidas no "caput" deste artigo.*

### **Art. 7º..**

*Os restos a pagar de anos anteriores que foram processados e cuja despesa foi devidamente comprovadas, deverão ser pagos até 18 de novembro de 2020.*

### **Art. 8º..**

*Os ordenadores de despesas deverão providenciar até 30 de outubro 2020 o cancelamento de restos à pagar não processados cuja despesa não será mais executada.*

### **Art. 9º..**

*Poderão ser inscritos em restos a pagar processados e não processados os empenhos vinculados a verbas de convênios ou outros recursos da União ou do Estado, ingressadas ou não até o dia 31/12/2020, desde que as verbas estejam comprovadamente comprometidas em sua origem.*

### **Parágrafo único. .**

*Os valores correspondentes à parcela de recursos próprios serão juntamente inscritos, desde que possuam cobertura financeira respectiva, naquela data.*

### **Art. 10.**

*Fica determinado aos servidores responsáveis por bens móveis de todas as unidades orçamentárias que confirmam detalhadamente todos os bens que estão sobre a sua responsabilidade e proceda a solicitação para que a Secretaria Municipal de Finanças e Administração atualize no sistema de patrimônio, caso tenha havido alguma alteração.*

### **Art. 11.**

*Fica determinado à Secretaria Municipal de Finanças e Administração que proceda à conferência dos bens constantes nos almoxarifados, na data de 30 de outubro de 2020 e se for o caso, adote providências necessárias para à contabilização dos valores.*

**Art. 12.**

*Fica proibida a partir da edição deste Decreto a concessão de auxílios, contribuições e subsídios com exceção de casos excepcionais autorizados pelo Prefeito Municipal e também firmar novos convênios ou termo de cooperação com entidades beneficentes, filantrópicas, organizações não governamentais e similares, à exceção daqueles realizados com receitas vinculadas ou advindos de recursos para enfrentamento da COVID-19.*

**Art. 13.**

*As situações excepcionais e casos específicos poderão ser autorizados pelo Secretário Municipal de Finanças e Administração.*

**Art. 14.**

*Os servidores municipais e os ordenadores de despesas responderam nos termos do Estatuto do Servidor Público e demais normas legais pelo não cumprimento ao estabelecido neste decreto.*

**Art. 15.**

*Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Jardim-MS, 02 de outubro de 2020.*

**GUILHERME ALVES MONTEIRO** Prefeito Municipal

---

*Decreto Nº 121/2020 - 02 de outubro de 2020*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*